

BRASILEIRA

CLUBE DE ECONOMISTAS

Antônio de Almeida
Otávio Knaak de Souza
Eduardo de Almeida
Osório Gomes
Zeitel
Carlos de Andrade
João Vasconcelos
L. Botelho
Magalhães da Silveira
Maurice Archer
Rafael Paixão e Silva
A. Corrêa Ramalho
Mury Knust
H. Pereira Lira
João Moura
Almeida
Inácio A. da Cunha
A. Latini
Pompeu Accioly Borges
Rafael Raposo de Almeida

Luís Sobral
A. Latini
Borges

Almeida
responsabilidade dos respec-

Cr\$ 120,00
US\$ 3,00
Cr\$ 30,00
Cr\$ 50,00
48 - S/610

Rua Carioca, 11 — 2.º —
Caixa Postal 4318

ECONÔMICA BRASILEIRA

N. 4 Outubro — Dezembro 1955 Vol. 1

SUMÁRIO

	Pág
AMÉRICO BARBOSA DE OLIVEIRA E MAURICE ARCHER	
Interrelações do Sistema Industrial Brasileiro	197
ARAMYS ATHAYDE	
Economia e Saúde	212
ANTÔNIO S. RIO E HENRIQUE C. GOMES	
Sistema Cambial: Bonificações e Ágios	220
NOTAS E COMENTARIOS	
Direitos Alfandegários no Brasil (Oliver Onody)	233
Petróleo: Estocagem e Abastecimento (Olindo Knust e Pedro Nolasco)	241
Comércio Internacional no VI Período de Sessões da CEPAL (Domar Campos)	245
Industrialização e Agricultura (Inácio M. Rangel)	248
Análise do Processo Inflacionário no Após-Guerra (BNDE — CEPAL)	249

RA

nos conceber a indústria em conjunto de transformações técnicas e jurídicas por parte de um país, no esforço de produção industrial, do agrícola, para estabelecimentos fabris, com o resultado de várias vezes a produção que se faz em uma hora de trabalho. Não se trata de tempo às atividades rurais, mas às atividades não rurais. Gradativamente a atividade na atividade que é envolvida: em pura propriedade, sendo sua conversão em produtos, prontos para o consumo, para toda uma série de etapas, no sentido cor-

rectivo, necessariamente, gradualmente, já a concluiu. Em parte dos setores não agrícolas, para servir a mão-de-obra agrícola, e em parte de produção, a mão-de-obra que ocupa.

Para que a indústria possa efetivamente realizar a tarefa de produzir bens primários em produtos, é necessário apenas acumular um certo número de bens de natureza agrícola e instalações de tipo agrícola, geralmente usadas (em agricultura) em dizer que o investimento é limitado pelo custo de produção de novos produtos da indústria pesada. Os serviços que não eram produzidos "industrialmente", portanto, porque enquanto a produção dos bens primários e o consumo se faziam agora essas etapas se realizam em distâncias uns dos

outros. O custo da transferência de produção para o urbano — isto é, a industrialização — depende das condições específicas da agricultura, as quais levam gradualmente a serem importantes. O importante deles é, portanto, a sazonalidade na produção agrícola, que faz com que a mão-de-obra oscile muito no decorrer das épocas de semeadura e colheita. No caso, das derrubadas, geralmente dita exige normalmente a mão-de-obra do que se faz. Ora, dadas as condições naturais de um país subdesenvolvido, a presença na agricultura de um ano, de uma quan-

tidade de mão-de-obra suficiente para fazer frente aos labores de ditas épocas, o que significa a retenção durante todo o resto do ano, de uma considerável quantidade de mão-de-obra para a qual não há aplicação útil nos labores propriamente agrícolas.

Essa mão-de-obra sobrando interestacional à falta de emprego alternativo, é naturalmente orientada para atividades elaboradoras, isto é, de natureza industrial, não obstante sua produtividade ser muito baixa aí. Esse problema tem recebido duas soluções: a) melhorar o equipamento e os métodos de trabalho empregados por essa mão-de-obra; b) mecanizar a semeadura e a colheita, sem mecanizar as atividades propriamente agrícolas interestacionais. No primeiro caso, aumenta-se a produtividade da mão-de-obra interestacional aplicada às atividades não agrícolas; no segundo possibilita-se a transferência de mão-de-obra do campo para a cidade. A segunda solução é, obviamente a mais dinâmica, e é a que vem sendo seguida de preferência nas regiões mais desenvolvidas do Brasil. A primeira, de que é exemplo a indústria de rendas e bordados do Ceará, não obstante ser menos dinâmica pode ser a melhor solução para certos casos.

A diferença de produtividade entre a mão-de-obra empregada em atividades "industriais" em âmbito rural e em âmbito urbano constitui a principal fonte de recursos para a capitalização. As condições de produtividade urbana permitem-lhe uma maior divisão e uma maior concentração. Eis aí as condições essenciais para a introdução de novas técnicas e para a criação dessas novas técnicas.

A introdução de novas técnicas, por sua vez, supondo o emprego de um equipamento muito diferente do anteriormente usado, exige a criação das indústrias correspondentes — as indústrias de base. Além disso, para que a produção se possa fazer nas novas condições, urge criar serviços especiais, como o transporte, já referido, construir cidades para alojar a população deslocada, dotá-la de facilidades dispensáveis nas condições de vida rural, mas indispensáveis nas condições de vida urbana. Tudo isso representa uma formidável imobilização de recursos. A produção dos bens que corporificam esses recursos é de natureza essencialmente industrial, não agrícola, e isso faz com que a produção não agrícola tenda a crescer muito mais rapidamente do que a produção agrícola, durante todo o processo de industrialização. Do que fica dito podemos extrair os traços essenciais das relações entre a agricultura e a indústria, durante o processo de industrialização:

1) Esta consiste essencialmente na transferência de certas atividades de âmbito rural para âmbito urbano, do que resulta um considerável aumento da produção per capita.

2) Esse aumento da produtividade constitui a fonte última dos recursos para a capitalização, a qual, por sua vez, condiciona a transferência de novos efetivos de mão-de-obra para fora da agricultura;

3) A industrialização é, portanto, um processo que se nutre a si mesmo: por um lado depende da imobilização de recursos para fazer-se e, por outro, cria esses recursos.

INÁCIO M. RANGEL

ANÁLISE DO PROCESSO INFLACIONÁRIO NO APÓS GUERRA

Identificação do problema

A inflação, quando um processo aberto, manifesta-se através de uma elevação do nível geral de preços. A causa fundamental desse desequilíbrio é, via de regra, a tentativa de um grupo ou setor econômico de aumentar sua participação na distribuição da renda real. Se se estabelece uma si-

tuação de beligerância entre diversos grupos, permanecendo cada um irredutível em suas pretensões, o desequilíbrio inicial tenderá a degenerar numa espiral inflacionária.

Observemos desde já o comportamento dos preços.

QUADR O N.º 1

Evolução dos índices de preços no período 1947 - 54

	Exportação	Importação	Nível interno
1947	100	100	100
1948	100	106	108
1949	106	95	119
1950	143	83	123
1951	182	102	142
1952	174	113	161
1953	184	107	178
1954	191		